

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, assistiu-se a um interesse científico cada vez maior pelos aspectos psicológicos e sociais da educação profissional, sendo várias as explicações oferecidas para esse fenômeno. Uma delas centra-se no reconhecimento de que o desenvolvimento vocacional se constitui como uma dimensão integradora do desenvolvimento psicológico global, referenciando-se à confrontação do indivíduo com as sucessivas tarefas relacionadas com a elaboração, implementação e reformulação de projetos de vida multidimensionais, com ênfase na educação, formação, qualificação e na atividade profissional. A segunda razão é relacionada com as modificações experimentadas no sistema educativo como aparelho reprodutor dos interesses dominantes, além do papel que a educação do trabalhador passou a desempenhar com o desenvolvimento econômico e social, os processos de modernização, evolução da sociedade e a estruturação produtiva. Outra razão refere-se às necessidades de os países periféricos ou em vias de desenvolvimento formular políticas públicas educativas fundamentais para o avanço da democratização e participação social. Assim, assume-se a necessidade premente dos programas e projetos educacionais e profissionais para jovens e adultos refletirem sobre tais mudanças, contribuindo de modo mais eficaz para o seu desenvolvimento vocacional.

Esta tese tem como objeto principal analisar as políticas públicas de educação/formação profissional promovidas no Brasil no início do século XXI, considerando as exigências do mundo do trabalho, visando a delinear contributos para a formulação de um modelo teórico de educação profissional. Mais especificamente, pretende-se contribuir para analisar os principais programas de educação/formação profissional do Brasil e Portugal, respectivamente; analisar as concepções dos diretores, gerentes de área de formação, professores e formandos relativos à educação/formação profissional e às competências profissionais e pessoais; e fornecer informações e apreciações críticas que levem à melhoria da qualidade da formação profissional. Procurou-se, neste trabalho, seguir a orientação conceitual de teorias relacionadas com Psicologia da Educação, a Sociologia da Educação e as ciências políticas, com as quais a educação profissional guarda coerência.

Nesta perspectiva, fez-se necessário desenvolver estratégias metodológicas com a adoção de parâmetros histórico-críticos e multidisciplinares a fim de compreender a significação da educação, do trabalho, da carreira e das políticas educacional, no vértice de paradigmas em modificações. Sendo assim, o capítulo primeiro — Trabalho e Educação: princípios e evolução histórica — situou-se ao nível do discurso teórico, ou seja, no conhecimento do trabalho como princípio educativo e suas relações contraditórias por meio do estudo das teorias da reprodução (tanto das teorias da correspondência, como as funcionalistas), a do capital humano, aquelas sobre o credencialismo e a não-correspondência; da análise reflexiva do modelo da competência e da transição escola-trabalho, ressaltando tanto os conceitos de orientação e desenvolvimento da carreira como da educação/formação para o trabalho, na perspectiva do seu processo histórico-social concreto.

O capítulo segundo — Educação/Formação Profissional: Fundamentos e Concepções Básicas — imprimiu ênfase na análise das relações educativas sob o ordenamento da noção de competências. O foco deste estudo voltou-se para a vinculação entre as dimensões psicopedagógicas e socioeconômicas da competência, apresentando indicações sobre a função que a educação assume sob essa lógica. O escopo deste trabalho demonstrou uma diversidade de enfoques sob os quais a noção de competência deve ser analisada, do ponto de vista psicológico, sociológico ou epistemológico. Aqui, entretanto, tentou-se demonstrar que a idéia de competência como multidimensão envolvendo aspectos que vão do individual ao sociocultural, situacional e processual, não pode ser considerada apenas como desempenho e sim como um construto do que se aprende na vida ativa e na escola e a educação pode tornar-se um recurso por excelência se procurar a participação de toda a sociedade como atores curriculares, comprometidos histórica, social e culturalmente com um projeto pedagógico em permanente reelaboração.

No capítulo terceiro — Sistemas de Educação/Formação Profissional do Brasil e de Portugal — apresentam-se as concepções científicas e políticas da educação/formação profissional luso-brasileiras tanto no campo do sistema educativo, como no mercado de emprego, considerando-os em um contexto econômico-político e sociocultural contemporâneo.

No Brasil ocorreu grande reforma estrutural no sistema educacional, no sentido de oferecer uma educação geral com forte segmento científico e tecnológico, permitindo a complementaridade da educação profissional nas escolas ou nas empresas. Segundo a

legislação, a educação profissional não é um mero adestramento para ocupar postos de trabalho determinados. Ela deverá ser *organizada, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; e articular esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia* (Decreto Federal nº. 5.154/04, Art. 2º). Essa transição entre a escola e o mundo do trabalho presume uma aplicação de forças coordenadas e contínuas da formação geral, que desenvolvem as competências básicas concomitantemente à compreensão de aspectos produtivos, relacionando a teoria com a prática, entre outros aspectos referentes à educação formal, exigidos pela contemporaneidade. Na prática, a política de educação profissional rompeu com o modelo que preconiza a solução conciliatória entre os objetivos de preparar para o prosseguimento de estudos e formação para o trabalho, num ensino médio profissionalizante.

No enfoque de Portugal, em sua posição de semiperiferia relativamente à Europa, com escassos recursos financeiros, científicos e tecnológicos para se modernizar, passou a utilizar a educação como um dos fatores de crescimento econômico, aumento da produtividade e rentabilidade social e privada. Neste sentido, o Estado direcionou esforços para formar quadros qualificados e reduzir os obstáculos sociais, entre eles o desemprego, que travavam o progresso do país (Martins, 1999).

Apesar de ser imediato o reconhecimento para os dois países, de variadas realidades sociais, e de o Brasil, na comparação com Portugal apresentar debilidades mais aprofundadas no seu sistema educacional, a análise demonstra a necessidade de respostas próprias integrando as especificidades locais. Por outro lado, a análise histórica demonstra que as políticas de educação/formação portuguesa e brasileira têm buscado conciliar a demanda social com as demandas de mercado, instituindo um novo modo de legitimação das políticas públicas num contexto autoritário (Cabral, 2002; Canário 2002; Freitas, 1999; Martins, 1999; Nóvoa, 2002).

O capítulo quarto – Educação Profissional: O Caso do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET/CE – contemplou uma discussão socioempírica na tentativa de desvelar a realidade das políticas de educação profissional e apresentar indicações sobre a função que a educação profissional assume sob a lógica do modelo de competências, com recortes relativos a domínios restritos de conteúdos teóricos e práticos, frutos de experiências e trajetórias individuais e coletivas dos seus diretores, gerentes, professores e alunos. Neste sentido, as concepções pessoais destes atores sociais foram compreendidas

como uma ferramenta capaz de determinar se realmente são uma expressão dos modelos/concepções científicas e políticas de educação/formação profissional do Brasil.

E, finalmente, nas Conclusões, sugere-se um contributo teórico de educação profissional com base na teoria educacional dialética no âmbito de uma racionalidade crítico-emancipatória.